

N. CLASS. M 377.9
CUTTER D2451
ANO/EDIÇÃO 2015

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – UNIS/MG

PEDAGOGIA

IOHANA SANTOS FERRARI DAVANZO

INCLUSÃO ESCOLAR: pensando na diversidade e no direito do surdo

**Varginha
2015**

FEPESMIG

Registro: 153310
Data: 11/09/15

IOHANA SANTOS FERRARI DAVANZO

INCLUSÃO ESCOLAR: pensando na diversidade e no direito do surdo.

Monografia apresentada ao Centro Universitário do Sul de Minas Unis/MG, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciada no Curso de Licenciatura em Pedagogia. Orientador: Prof. Ma. Terezinha Nunes Gomes Garcia

**Varginha
2015**

IOHANA SANTOS FERRARI DAVANZO

INCLUSÃO ESCOLAR: pensando na diversidade e no direito do surdo

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do Centro Universitário do Sul de Minas- UNIS/MG, como pré requisito para obtenção do grau de Licenciatura, pela Banca Examinadora composta pelos membros.

Aprovado em / /



Prof.^a Ma. Terezinha Nunes Gomes Garcia



Prof. Me. Luiz Gonzaga Ribeiro Neto



Prof.^a Esp. Gisele Cristina Nishyama

OBS.:

Dedico este trabalho à minha família pela
doação carinhosa do tempo que antes era
dedicado a eles, e que durante o período da
minha formação deixou de ser.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me capacitou e não me deixou desistir, agradeço a fé e a coragem que Ele me deu.

“Em primeiro lugar, todos aqueles que nasceram homens, nasceram para o mesmo fim principal, para serem homens, ou seja, criatura racional, senhora das outras criaturas, imagem verdadeira do seu Criador.”
(Comênio)

RESUMO

A educação enfrenta um grande desafio: garantir a escolarização adequada aos alunos com necessidades especiais. Muito se fala sobre inclusão, porém, muitos questionam: a escola regular pode se tornar inclusiva oferecendo uma educação de qualidade para todos, adaptando-se ao aluno com necessidades especiais? A presente pesquisa bibliográfica aborda a questão educacional da inclusão escolar, em especial a do surdo, mostrando a importância de se apoiar e possibilitar a inclusão dos mesmos no contexto escolar. Mostra como tem ocorrido a formação de professores de apoio para as pessoas que deles necessitam, assim como o acesso à educação adaptada para as pessoas com necessidades especiais e deficiências. Apresentam alguns recursos e métodos utilizados e materiais de apoio necessários, objetivando conhecer o conceito atual de inclusão, identificar implicações deste na educação e investigar situações adequadas para se trabalhar com crianças com necessidades especiais na escola regular, a fim de remover barreiras para a aprendizagem.

Palavras-chaves: Inclusão. Deficiência. Diferenças. Surdez.

ABSTRACT

Education has faced a major challenge: ensuring adequate schooling for students with special needs. Much has been said about inclusion, but many people question: can regular school become inclusive and offer quality education for all, adapting itself to the student with special needs? This literature review approaches the educational side of school inclusion, especially for the deaf students, showing the importance of supporting and enabling their inclusion in the school context. It shows how has been the formation of support teachers for students who need them and the access to adapted education for people with special needs and disabilities, as well. It presents some resources and methods used and the necessary support materials, aiming to understand the current concept of inclusion, identifying the implications of them in education and investigate appropriate situations for working with children with special needs in regular schools in order to remove barriers to the learning.

Key Words: Inclusion. Disability. Differences, Deafness.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 INCLUSÃO ESCOLAR: pensando na diversidade	12
2.1 O direito de ser diferente	13
3 ESCOLA COMO ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO	16
3.1 A escola como uma oportunidade	16
3.2 Práticas exitosas de inclusão.....	21
4 UM SONHO POSSÍVEL	24
4.1 Entregar-se.....	24
4.2 Ensinar e confiar.....	25
4.3 Tipos de surdez	26
4.4 Aprendendo uma língua espaço-visual.....	27
4.5 História da Surdez.....	28
4.6 Abordagens Educacionais.....	29
4.7 Os Parâmetros da Libras.....	29
4.8 Educação Bilíngue	30
5 CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

Inclusão é a nossa capacidade, de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. (MANTOAN, 2015)

Inclusão escolar é acolher todas as pessoas, incluí-las no sistema de ensino independentemente da raça, cor, gênero, religião. Precisamos incluir dando oportunidade para que elas saibam que têm direitos, se sintam seguras e confiantes em si. Merecem ser acolhidas com amor, carinho, atenção, devendo ser mostrado a todos que são capazes de chegar ao sucesso.

A questão da inclusão escolar vem sendo debatida ao longo dos anos, buscando-se desde muito tempo, garantir às pessoas o direito de ser diferentes. Na antiguidade os surdos eram considerados doentes, impossibilitados de fazer qualquer coisa, casar, receber herança, incapazes de viver em sociedade. Na atualidade isso não se vê mais. No entanto, muito ainda há o que se fazer.

No período medieval essa visão continuou as pessoas com deficiência eram tidas como se tivessem recebido um castigo divino, os surdos eram levados a se confessar seus pecados a Cristo para voltarem a falar, dando a entender que não podiam falar porque tinham muitos pecados.

No início da modernidade, religiosos e familiares eram submetidos a um treinamento para que desenvolvessem a fala, assim os surdos que pretendiam falar eram apresentados ao público com a intenção de falar e, a partir daí, serem educados. Surge aí um novo tempo educacional para os surdos, a língua de sinais foi empregada, sendo conhecida como língua dos surdos.

A Língua Brasileira de Sinais - Libras é uma língua espaço-visual que ajuda os surdos a se comunicarem entre si, é uma oportunidade para que sejam incluídos nesse espaço onde até pouco tempo não eram vistos como uma pessoa normal.

Persistem, ainda, vários problemas em relação à inclusão escolar o que pode ser apontado como uma causa para o fracasso escolar. É preciso se discutir muito ainda e encarar a educação inclusiva como uma meta e entender que ações devem ser desenvolvidas no sentido de compreender e aceitar a todos de braços abertos. Fazer inclusão significa aceitar e valorizar as diferenças, fazer mudanças para receber e tratar com dignidade a todos que procuram a escola, motivando-os a continuar buscando seu desenvolvimento.

Primeiramente é necessário acolher o aluno, saber suas limitações, sua realidade, considerar também que o aluno traz consigo um aprendizado, experiências positivas e

negativas e reconhecer todo seu desenvolvimento. É isso que propõe Paulo Freire em pedagogia do oprimido (1987), ao afirmar que toda ação educativa somente será válida se precedida de reflexões sobre o ser humano que se deseja educar e seu ambiente de inserção. Um ambiente de inserção que deseja, também, desenvolver as necessárias habilidades para que todos possam lidar com as informações.

Debates foram realizados em diferentes instâncias políticas brasileiras para discutir a inclusão nas escolas e há pouco tempo atrás só se falava de integração, inclusive em congressos desse tipo, o tema sempre era integração, e agora se fala de inclusão. Porém, muitos acham que se está substituindo o termo inclusão pelo de integração como se fosse a mesma coisa, e não é assim.

Segundo Sasaki (1997, p. 38), “a integração surgiu há muitos anos, na década de 60, em muitos países, e a integração estão relacionados, diretamente, com as crianças com deficiência”. Foi um movimento que se deu em uma época de uma grande movimentação social e civil, de luta por direitos, especialmente dos mais desfavorecidos. A integração está ligada aos meninos e meninas com deficiência, e tem sido promovida pela Educação Especial. Portanto, é um termo muito mais restrito que Inclusão.

Segundo Sasaki (1997, p. 40), enquanto processos sociais, a integração e a inclusão são ambos muito importantes. “O que todos desejamos é atingir a meta de uma sociedade inclusiva”. Para tanto, o processo de integração social terá uma parte decisiva a cumprir, cobrindo situações nas quais ainda haja resistência contra a adoção de medidas inclusivistas nas escolas, nas empresas e nos demais recintos.

A proposta de se investigar as soluções necessárias para o acolhimento e a permanência das pessoas com deficiências e/ou necessidades específicas, oportunizando a eles as possibilidades da aprendizagem. O objetivo foi investigar essas possibilidades pela educação inclusiva, melhorar a qualidade da aprendizagem.

Os objetivos dessa pesquisa bibliográfica é entender melhor a inclusão, partindo das disciplinas de formação docente, no desejo de contribuir de alguma forma, tornando a inclusão, um sonho possível. Também motivar as escolas a participar e crescer formando cidadãos sem distinção de raça, credo, gênero, com trabalho de qualidade para todos. Inicialmente faz-se uma reflexão acerca dos desafios que ali se encontram quais os métodos que se vai utilizar, como ensinar e como envolver a sociedade nesse processo educativo.

No segundo capítulo será visto o direito à igualdade, pensando na diversidade onde todos tem esse direito. No capítulo seguinte será visto o direito de ser diferente, mostrando que todos tem seu direito de ser incluídos na sociedade, vendo a escola como oportunidade e o

que está sendo feito para melhorar essa situação. No terceiro capítulo, será visto a questão da escola como uma oportunidade, um espaço de transformação, resgatando o sorriso dos alunos, ajudando a se expressarem através de um aprendizado significativo, uma educação de qualidade, um sonho possível, através da ajuda dos profissionais. E, finalmente um breve resumo da história da inclusão do surdo no contexto educacional.

2 INCLUSÃO ESCOLAR: pensando na diversidade

Inclusão escolar é a atitude de acolher todas as pessoas, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. O termo é associado mais comumente à inclusão educacional de pessoas com deficiência física e mental.

Ao pensar na diversidade é fundamental, saber lidar com diferentes tipos de pessoas, acreditar no potencial de cada um, valorizar a diversidade, ter o objetivo de incluir todos os alunos, e dar a eles a condição de mostrar seu desenvolvimento.

A inclusão requer reflexões de toda a comunidade escolar e da sociedade humana, que devem admitir que o princípio fundamental é a valorização da diversidade pela comunidade. Quando a educação inclusiva é aceita, abandona-se a ideia de que as crianças devem ser iguais para poder contribuir para o mundo. Também requer a superação de desafios, mostrando que pode se viver sem preconceitos, sendo assim, vida e aprendizagem não se separam, pois estão envolvidas em um processo que carrega emoções, que leva consigo experiências, afetos. É preciso apostar nas relações professor e aluno já que educar é processo em que a criança e o adulto convivem com o outro e nessa convivência crescem e ajudam a crescer. A escola inclusiva não faz distinção entre seres humanos, não seleciona ou diferencia, com base em julgamentos e “valores, perfeitos ou imperfeitos”. Ela oferece condições e oportunidades, livre de preconceitos, de conhecer, aprender, viver e ser.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases: LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 *

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (...)
Parágrafo único. O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (BRASIL, 1996, p.25-6).

De acordo com essa lei, o poder público é responsável por oferecer a educação escolar para alunos portadores de necessidades especiais. As crianças e jovens com necessidades educacionais especiais têm direito de educação de qualidade, sendo a eles dado um atendimento especializado com professores de apoio.

A educação especializada acontece conforme as necessidades das crianças, pode ocorrer por diversos processos, na aprendizagem do ensino regular, na perspectiva da educação especial, nas lutas sociais buscando a conquista dos direitos.

É importante reconhecer e valorizar a diversidade, para tanto, há a necessidade de garantir esse acesso à participação de todos dando oportunidade a cada aluno.

Ao longo dos anos se busca esse direito da não exclusão, que garanta o acesso e a permanência do aluno com deficiência ao ensino regular em todas as escolas. Ainda há desafios a enfrentar como o preconceito e a ignorância.

2.1 O direito de ser diferente

Ser diferente muitas vezes desperta na pessoa, uma desagradável sensação de angústia, de medo geralmente indefinido. Ser rotulado de “diferente” sempre foi visto como sinônimo de inferioridade, de indesejável, de separado do grupo. Basta a pessoa ser considerada diferente dos “tidos padrões normais” para que surja o preconceito e, muitas vezes, o desprezo. Sendo assim um dos problemas que deve ser enfrentado por toda a humanidade é deixar de considerá-las pessoas indiferentes. A própria pessoa se exclui com medo de ser vista como um ser anormal. Cada família reage de uma forma, algumas recebem esse preconceito como um nada não as afeta, já acostumaram com esses olhares preconceituosos, já outras sentem na pele o sofrimento de seus parentes e se sentem excluídas também querendo reivindicar esses direitos, fazerem valer a pena a busca por uma vida normal, sem olhares estranhos, sem malícia.

Algumas escolas não estão preparadas para receber pessoas especiais, mas não é bem assim, pela lei, é obrigatório aceitar e todos têm seus direitos de igualdade, uma educação de qualidade, adquirir conhecimentos, ter vários amigos onde o olhar não é de desprezo e sim de carinho dos professores, alunos, amigos, funcionários, pais.

Principalmente no Brasil, está se passando por uma fase de transição de um paradigma para outro. Assim, é inevitável que as duas palavras integração e inclusão sejam faladas e escritas com diversos sentidos por diferentes pessoas, segundo Sassaki:

Algumas pessoas utilizam as palavras integração e inclusão, já em conformidade com a moderna terminologia do paradigma da inclusão social, ou seja, com sentidos distintos: a integração significando “inserção da pessoa deficiente preparada para conviver na sociedade” e a inclusão significando “modificação da sociedade como um pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania” (SASSAKI, 1997, p. 42, grifo do autor).

O conceito de escola inclusiva é ligado à modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa, de modo que se tenha lugar para todas as diferenças individuais, inclusive aquelas associadas a alguma deficiência. Logo, é um conceito muito mais amplo do que o de integração. “A inclusão é a idéia de que todos os meninos e meninas de uma comunidade tenham o direito de se educar juntos na escola da sua comunidade, uma escola que não peça requisitos para o ingresso, uma escola que não selecione crianças” (SASSAKI, 1997, p. 42).

É importante também que a escola traga a sociedade para dentro da escola, através de palestras, brincadeiras, fazendo com que eles entendam que é fundamental a participação deles para o processo ensino aprendizagem, e que estão ali para ensinar e aprender. Algo de grande importância, é que às vezes passa despercebido é o afeto entre professor e aluno, ver aquele olhar brilhando, aquele sorriso gostoso como forma de agradecimento pelo desenvolvimento, por ter aprendido mais e mais, se tornando muito gratificante aqueles pequenos gestos onde o sorriso recebido é a melhor parte de seu trabalho, fazendo daquele momento a melhor experiência.

É preciso que as pessoas falem por si, se manifestem buscando seus direitos, jamais haverá inclusão se as pessoas tiverem medo de dizer o que pensam sobre isso, é necessário propor ideias para modificar as formas de pensar na inclusão.

Certamente a sociedade é muito excludente, mas esperava-se que de alguma maneira, em algum momento, a sociedade fosse mais inclusiva assim como a escola. Acredita-se que a escola tenha uma função social de transformação da sociedade. A escola não pode ser reprodutora do sistema social estabelecido. Obviamente a educação escolar tem a missão de socializar as futuras gerações para que se insiram na sociedade, mas numa perspectiva de transformar a sociedade.

De acordo com Mantoan, o termo inclusão é recente e teve sua origem na palavra inglesa *full inclusion*:

Trata-se de um novo paradigma: a noção de full inclusion prescreve a educação de todos os alunos nas classes e escolas de bairro... reflete mais clara e precisamente o que é adequado: todas as crianças devem ser incluídas na vida social e educacional da escola e classe de seu bairro, e não somente colocadas no curso geral da escola e da vida comunitária, depois de elas já terem sido excluídas. (MANTOAN, 1997, p. 176)

Assim, a educação inclusiva visa a reverter o percurso de exclusão de qualquer natureza e a ampliar as possibilidades de inserção de crianças, jovens e adultos em escolas regulares.

A inclusão é um movimento com apenas um interesse: construir uma sociedade para todos. Mesmo sendo muito recente o movimento sobre inclusão, o conhecimento das diferenças que se apresentam em cada criança que será incluída torna-se fundamental neste processo. Mittler diz que:

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas àquelas que são rotuladas como o termo “necessidades educacionais especiais” (MITTLER, 2003, p. 16, grifo do autor).

Mittler (2003, p. 16) acrescenta: “A inclusão diz respeito a cada pessoa ser capaz de ter oportunidades de escolha e de autodeterminação. Em educação, isso significa ouvir e valorizar o que a criança tem a dizer, independentemente de sua idade ou de rótulos.”

A Educação Inclusiva é a educação oferecida com igualdade e equidade, uma educação para todos, centrada no aluno e que atenda às necessidades educacionais especiais de todos. Já Inclusão Escolar é a proposta de mudança na estrutura das escolas para que se transformem em espaços democráticos, com educação para todos os alunos independentemente de suas diferenças. Implica uma nova postura da escola comum que propõe, no projeto pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores, ações que favoreçam a interação social e sua opção por práticas heterogêneas.

3 ESCOLA COMO ESPACO DE TRANSFORMACAO

3.1 A escola como uma oportunidade

A escola é um espaço que oferece oportunidade para seus alunos para se expressarem através do aprendizado, aprender brincando, construindo cada momento, fazendo daquelas pequenas aprendizagens grandes momentos. Cabe aos professores acreditar no seu aluno motivando, mostrando que ele é capaz de conseguir, incentivar, buscar fazer daquele sonho realidade, para cada atividade, cada gesto, fazer ser significativo cada momento acreditar em cada um, com suas habilidades, não apenas fazer a parte de professora, mas também de amiga, ajudando cada vez mais.

O sucesso da inclusão educacional vem da oportunidade que a escola dá para os alunos especiais, com a possibilidade de se conseguir progressos significativos, por meio da participação dos alunos, das práticas pedagógicas adequadas. E só consegue atingir esse sucesso quando a escola resolve assumir que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, se sentem envolvidos e buscam entender e ajudar cada um.

A escola deve trazer os pais para dentro da escola, incentivando a participação dos mesmos nos processos educacionais, cursos, semanas de integração escola-família e projetos de melhoria, que não só tenha o aluno como foco, mas também todo o corpo discente, docente e a comunidade em geral. E através destes processos de inclusão e integração, motivar e entender o aluno e a família, ajudando-os a conquistar a autonomia, a desenvolver as competências e habilidades básicas, deve entender a diversidade, ensinar com o propósito de atingir metas, chegar ao objetivo desejado, puxar do aluno o que ele já sabe dar oportunidade, parabenizá-lo sempre para incentivá-lo a continuar.

A formação humana é complexa e envolve fatores cognitivos, afetivos, culturais, sociais, oferece interpretação do mundo e condição de vida em sociedade. Quem se dispõe a educar deve estar consciente de sua atuação nessa formação complexa e do que necessita o educando. Tem que ser ético e consciente.

A formação ética do ser humano precede da ética do educador que informa e forma em um processo dialético. Segundo Freire “O educador já não é o que apenas educa, mas que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando, que ao ser educado, também educa.” (1972 apud ARANHA, 2006, p. 339).

A barreira que existe em relação aos estudos para portadores de necessidades especiais é visto, em alguns casos, sem perspectiva, mas não é bem assim a escola tem o papel de inseri-los nesse meio, confiar, acreditar no potencial de cada um, construindo cada vez mais seu desenvolvimento.

Tratando, especificamente aqui, do caso dos surdos, os grandes desafios para os seus professores é superar as dificuldades que esses alunos apresentam no aprendizado e uso de línguas orais (no caso o português). Sabe-se que quanto mais cedo tenha sido privado de audição, maiores serão as dificuldades.

A escola comum também tem seu papel, devendo viabilizar a escolarização do aluno surdo em um turno e em outro turno deve ter o atendimento educacional especializado para esse aluno. Esse atendimento especializado é elaborado e desenvolvido, em conjunto, por professores de matérias comuns, professores de libras e professores de língua portuguesa. Para esses alunos são planejados e definidos conteúdo curricular e elaboração de plano de ensino adequado. No decorrer do atendimento educacional especializado, feito em libras, os alunos se interessam mais, criticam, fazem perguntas, analisam, fazem associações com suas experiências, constroem conhecimento. (BRASIL, 2007).

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988, s.p) dispõe, em seu Capítulo III, que: “art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecido pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que destaca, nos parágrafos 1º e 2º, que “a criança e o adolescente portadores de deficiências receberão atendimento especializado” (1990, s.p) e que a eles será garantido o fornecimento gratuito de medicamentos, próteses e outros recursos para tratamento, habilitação ou reabilitação, além de confirmar em seu artigo 54 que “é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (1990, s.p).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (Lei 9.394, de 1996), que dedica o Capítulo V inteiramente à Educação Especial, que as políticas nacionais passaram, efetivamente, a se pautar pela perspectiva da inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular.

Alunos com deficiência sempre foram deixados em segundo plano nas políticas educacionais. A concretização dos ideais da educação inclusiva na realidade brasileira passa pelo redirecionamento da educação escolar que aí está.

Não basta que os documentos oficiais afirmem que este é o caminho certo, sem que sejam investidos esforços financeiros e teóricos nos sistemas escolares que dêem sustentação para que, de fato, nossas escolas se transformem em espaços democráticos. Facilitar a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular supõe colocar em evidência a escola atual e seus mecanismos seletivos e excludentes, repensar a formação dos profissionais da educação e, além disso, ampliar a análise da deficiência, não apenas em relação às características pessoais da pessoa deficiente, mas como resultado de práticas sociais concretas, adotando políticas educacionais que centralizem seus esforços na estrutura escolar e nos meios educacionais, proporcionando efetivamente condições de acesso, permanência e sucesso de todos os alunos.

Na área da educação especial, a remoção de barreiras tem sido examinada sob o enfoque da acessibilidade, barreiras arquitetônicas, e sob o ângulo psicológico, as chamadas barreiras atitudinais. Ambos os aspectos revestem-se da maior importância, em respeito aos direitos de cidadania dos portadores de necessidades especiais.

De excepcionais, os alunos da educação especial passaram a ser denominados de alunos com deficiência, com necessidades especiais, ou alunos com necessidades educacionais especiais, quando referidas à educação escolar. Cada novo termo ou expressão que foram propostos objetivou modificar a percepção social acerca dessas pessoas; pretenderam contribuir para a melhoria de qualidade de suas vidas. Certamente, o aprimoramento da linguagem é muito importante para evitar ambigüidade na interpretação do que se fala ou do que se escreve, pois como diz Carvalho (1999, p. 36), “considerar a pessoa como anterior e mais significativa do que sua deficiência é considerá-la com igualdade de valor, em relação às demais pessoas”. Apesar, porém, de todo o esforço lingüístico e dos esclarecimentos que, se espera, eles propiciem, continuam as dúvidas a respeito das possibilidades de aprendizagem dos portadores de deficiência e de sua inserção na vida social.

Ainda citando o mesmo autor: “Barreiras à aprendizagem são obstáculos que se impõem aos alunos, criando-lhes dificuldades no aprender. Inúmeros fatores geram tais dificuldades: alguns são intrínsecos aos alunos e outros, talvez a maioria, externos a eles” (CARVALHO, 1999, p. 37).

Na área da educação escolar, muito se tem escrito e discutido em torno das necessidades educacionais especiais:

Ao lado da crítica lúcida, quanto à abrangência da expressão (pois quem nunca experimentou necessidades especiais enquanto aluno?), há outra ponderação, é inadequado dizer que alguém ‘porta’ uma necessidade. Na verdade, quem a tem ou sente, espera que o outro a perceba e a considere para satisfazê-la. Com propriedade,

Mazzotta (1996) alerta-nos para a inadequação lingüística da expressão 'portadores de necessidades educativas especiais', sugerindo que, em lugar dela, usemos 'alunos que apresentam necessidades educacionais especiais', o que, sem dúvida, é mais adequado, seja do ponto de vista semântico ou psicológico. (CARVALHO, 1999, p. 36)

O que se constata é que obstáculos à aprendizagem não são exclusividade dos alunos cegos, dos surdos, dos deficientes mentais, dos que têm paralisia cerebral, dos autistas, dentre outros, considerados como alunado da educação especial. Barreiras à aprendizagem, sejam elas temporárias ou permanentes, fazem parte do cotidiano escolar de quase todos os alunos, sejam eles deficientes, com altas habilidades ou os ditos normais.

Examinar a prática pedagógica sob a ótica da remoção das barreiras à aprendizagem é um desafio a todos nós educadores que, até então, temos examinado a questão sob a ótica das características do aprendiz. Suas condições orgânicas e psicossociais é que têm sido responsabilizadas pelo seu insucesso na escola, porém, pensar em remover as barreiras à aprendizagem não exclui esse ângulo da questão, ao contrário, a ele acrescenta outros atores, como o educador, a escola, o sistema educacional, e as influências que nele exercem os aspectos ideológicos, responsáveis pelos modelos econômicos e políticos que têm sido adotados.

Remover barreiras à aprendizagem é pensar em todos os alunos enquanto seres em processo de crescimento e desenvolvimento e que vivenciam o processo de ensino-aprendizagem diferentemente, seja por suas diferenças individuais, seja por seus interesses e motivações. Qualquer criança experimentará a experiência da aprendizagem escolar como desagradável, como uma verdadeira barreira, se estiver desmotivada, se não encontrar sentido e significado para o que lhe ensinam na escola.

Remover as barreiras à aprendizagem pressupõe conhecer as características do processo de aprender, bem como as características do aprendiz (o que não deve ser confundido com o diagnóstico). Com esse olhar os professores vão se identificar como profissionais da aprendizagem e não mais como profissionais do ensino (DEMO, 1997, s.p *apud* CARVALHO, 1999, p. 37).

O favorecimento da aprendizagem de qualquer aluno implica, para o educador, saber o que é o processo de aprendizagem e como ele se dá. Igualmente é importante conhecer sobre o processo de desenvolvimento humano em suas diversas facetas, examinando suas relações com a aprendizagem.

Educadores que se identificam como profissionais da aprendizagem transformam suas salas de aula em espaços prazerosos, onde tanto eles como os alunos são cúmplices de uma aventura que é o aprender, o aprender a aprender e o aprender a pensar. O clima das atividades favorece ações comunicativas entre alunos e entre esses e seus professores.

Pretende-se uma escola aberta à diversidade, consciente de suas funções sócio-políticas, ao lado das pedagógicas, uma escola sintonizada com os valores democráticos. Mais importante que conceber a escola como transmissora de conteúdos é concebê-la como o espaço privilegiado de formação e de exercício da cidadania. (CARVALHO, 1999, p. 39)

É fundamental que tenha um intérprete na sala de aula para o aluno surdo, o que facilitará a ele entender os estudos, assim como a língua de sinais é importante, a presença do intérprete em sala de aula é vista como ponto positivo, pois é uma facilitação da comunicação, mas para isso o intérprete deve ter conhecimentos específicos em língua de sinais.

Cabe, no entanto, reconhecer que tais avanços ainda não são suficientes, ou ainda, que na luta pela melhoria das condições de vida e asseguramento dos direitos humanos, estes avanços jamais atingirão um estado final, porque podemos sempre fazer melhor. Tal é a dinâmica que permeia a constituição das relações humanas. Só lei não basta.

A proposta de uma orientação inclusiva no contexto educativo deveria significar, constante e cada vez mais, o aumento da participação dos alunos na vida curricular e escolar.

Desta maneira, segundo Mantoan:

Ressignificar a escola na proposta inclusiva implica considerarmos muitos aspectos que compõem o cotidiano escolar como variáveis que potencialmente interfiram, positiva ou negativamente, no estabelecimento de uma cultura inclusiva dentro da escola, como a cultura institucional, o currículo, a prática pedagógica e a formação de professores (MANTOAN, 1997, p. 47).

Ver as necessidades especiais dos alunos atendidas no âmbito da escola regular requer que os sistemas educacionais modifiquem, não apenas as suas atitudes e expectativas em relação a esses alunos, mas, também, que se organizem para constituir uma real escola para todos, que dê conta dessas especificidades.

Segundo Mantoan (1997, p. 21) “é preciso mudar a escola e mais precisamente o ensino nelas ministrado. A escola aberta para todos é a grande meta e, ao mesmo tempo, o grande problema da educação na virada do século.”

3.2 Práticas exitosas de inclusão

A inclusão está sendo mais aceita na vida do ser humano, as leis têm mudado o pensamento dos que há algum tempo não aceitavam os deficientes como um ser normal.

Com a Constituição Federal de 1988, a educação passou a figurar como um direito de todos (art. 205), estabelecendo “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (art. 206), sendo o ensino dever do Estado, garantindo a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2008, p. 42)

A legislação a respeito é antiga, mas só aos poucos a prática da inclusão toma corpo e é vivenciada entre nós.

Essas leis eliminam barreiras evitando a exclusão no âmbito escolar, mostrando o direito e fazendo com que se faça valer no cotidiano das escolas e comunidades.

Na Resolução de 2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para inclusão na educação básica, vê-se um avanço na perspectiva da universalização e atenção à diversidade, na educação brasileira, com a seguinte recomendação: os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade a todos.

Ainda se vê um receio por parte de alguns professores, que alegam não serem capazes de lidar com esses alunos, observa-se com frequência, a dificuldade dos professores, através das falas com um pouco de preconceito, frustrações e medo: “não vou conseguir”, “não sou capaz disso”, “será que vai dar certo?”, “vai prejudicar outros alunos”, “precisamos de pessoas qualificadas”, “como ensinar um deficiente, o professor está perdido, não sabe o que fazer” e muitas outras dúvidas, achando que não são capazes de lidar com alunos especiais.

As escolas têm que avançar em termos de capacitação de seus professores. A realidade é que as pessoas estão ficando mais conscientes e querem seus direitos

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001, p.19)

Uma cultura institucional inclusiva parte do princípio de que todos são responsáveis pela vida da respectiva instituição e quaisquer problemas ali ocorridos são da responsabilidade de todos, e não apenas de uma pessoa ou de um ou outro segmento da

comunidade escolar. Desta maneira, um aluno que, por exemplo, apresente dificuldades em seu processo de aprendizagem, não deveria depender dos esforços apenas de seu professor imediato, mas de todos os participantes da escola e da comunidade, inclusive ele próprio, no sentido de sanar estas dificuldades.

A escola inclusiva não se esgota na observância da lei, que a reconhece e garante, mas requer dos sistemas educacionais uma mudança de postura, de percepção e de concepção. As modificações necessárias devem abranger atitudes, perspectivas, organização e as ações de operacionalização do trabalho educacional.

“O vendaval de mudança que tem assolado as escolas nos anos 90, foi focado na elevação dos padrões educacionais”, conforme diz Mittler (2003, p. 206). Isto deixou pouco tempo para o desenvolvimento de novos modos de envolver os pais da comunidade em parcerias com as escolas.

É preciso repensar a base inteira de relações entre a família e a escola para todas as crianças. Inventar modos novos de trazer os professores e os pais para uma relação de trabalho melhor é válida para a própria causa e também beneficia todas as crianças, os pais e os professores. Além disso, pode provocar um impacto sobre a aprendizagem das crianças e promover a inclusão social, assim como a inclusão escolar, sobretudo àqueles pais que estão experimentando exclusão social. As crianças com necessidades especiais e as suas famílias também são beneficiadas de imediato sem a necessidade de princípios e procedimentos especiais. (MITTLER, 2003, p. 205).

Na escola inclusiva, os pais e a comunidade participam num processo coletivo e de cooperação das ações educativas que se desenvolvem na escola, uma vez que o êxito da escola depende das relações sociais que aí se estabelecem. Compete à escola conhecer as expectativas, necessidades e preocupações dos pais, criando um espaço onde eles possam demonstrar sua experiência e saber, auxiliando na solução de problemas comuns e trazendo contribuições importantes para a vida escolar. Cabe à escola promover a cultura escolar da família e abrir espaços para que os membros da comunidade participem das atividades escolares.

As mudanças na escola ocorrem em todos os níveis: na interação professor/aluno, aluno/aluno, na gestão da escola, nas relações entre todos os que convivem no ambiente escolar, alunos, professores, dirigentes, funcionários, estendendo-se aos pais de alunos e à comunidade, de forma que todos estabeleçam seus esforços para um objetivo comum.

Para os ganhos de uma educação de qualidade para todos, é fundamental a ação dos professores. Sua formação, competência pedagógica, dedicação e atitude positiva são fatores determinantes do êxito do seu trabalho. Ter competência pedagógica significa conhecer os

conteúdos que são ensinados e as habilidades que são desenvolvidas; utilizar estratégias metodológicas adequadas; avaliar criticamente os resultados de prática pedagógica, para introduzir as necessárias correções e definir as próprias necessidades de formação continuada; é ter consciência do que ensinar, para quem ensinar e como ensinar.

Educar alunos com diferentes níveis de desempenho requer que os educadores usem várias abordagens de ensino para satisfazer às necessidades de seus alunos. Isso pressupõe uma mudança de postura do professor, que se transforma em pesquisador e aprendiz, que enxerga seus alunos como sujeitos sociais e constrói múltiplos olhares sobre a realidade.

É fundamental o exercício constante de reflexão e o compartilhamento de idéias, sentimentos, ações entre os professores, diretores, supervisores da escola. Daí a necessidade de se formarem grupos de estudos nas escolas, para a discussão e a compreensão dos problemas educacionais, à luz do conhecimento científico e interdisciplinarmente, se possível. Os grupos são organizados espontaneamente pelos próprios professores, no horário em que estão nas escolas. As reuniões têm como ponto de partida, as necessidades e interesse comuns de alguns professores de esclarecer situações e de aperfeiçoar o modo como trabalham nas salas de aula. O foco dos estudos está na resolução dos problemas de aprendizagem, o que remete à análise de como o ensino está sendo ministrado, pois o processo de construção do conhecimento é interativo e os seus dois lados devem ser analisados, quando se quer esclarecê-lo.

4 UM SONHO POSSÍVEL

4.1 Entregar-se

Para Freire, instrumental importante na vida do ensinar do educador é ver, escutar, falar. Assim que como estar vivo, não basta o coração estar batendo, para ver não basta os olhos estar abertos. Observar, olhar o outro, e a si próprio, significa estar atento, buscando o significado do desejo, acompanhar os ritmos do outro, buscando sintonia com este. A observação faz parte da aprendizagem do olhar, que é uma ação altamente movimentada e reflexiva. Ver é buscar, tentar compreender, ler os desejos. “[...] escutar envolve receber o ponto de vista do outro, abrir se para o entendimento de sua hipótese” (1996, p.11).

O educador que não se compromete em educar com sensibilidade, sentindo as necessidades e dificuldades de cada educando e agindo sobre elas, depara com uma situação de desinteresse e indisciplina do educando tornando a ação de educar ineficiente.

O que se vê é uma preocupação com valores derivado na verdade, de uma queixa de comportamento, ou seja, geralmente ligada a aspectos disciplinares e de respeito. Não se trata da preocupação ética com a formação do cidadão [...]. (CORTELLA; LA TAILLE, 2005, p. 8).

É papel de todo educador promover seres autônomos consciente das necessidades da sociedade onde está inserido, pois é ele quem irá transformá-la na medida em que se apropria do conhecimento. O educador comprometido é também um mediador de processos e decisões.

Entende-se que a formação incompleta do ser humano - aquela que não valoriza os aspectos afetivos, cognitivos e sociais - está comprometendo a eficácia do processo de ensino e aprendizagem. A missão da escola vai além de transmitir conteúdos, deve também construir junto aos alunos os significados para os mesmos orientando-os quanto à importâncias da educação para suas vidas. Se o conhecimento técnico e científico é importante para o ingresso ao mercado de trabalho, é a educação que vai formá-los para a vida com liberdade, autônoma para que cada um possa ocupar seu lugar na sociedade conforme suas habilidades e competências.

Diante de uma sociedade tão complexa e cheia de contradições, podemos imaginar o papel importante que representa a implantação de um adequado sistema de educação, antecedido por reflexões rigorosas sobre seus fundamentos e objetivos, ou seja, uma reflexão pedagógica [...]. (ARANHA, 2006, p. 245).

É papel de todo educador contribuir para a formação de seres autônomos conscientes das necessidades da sociedade onde está inserido, independentes de suas dificuldades é ele quem irá transformá-la na medida em que se engaja.

Ao citarem Comte-Sponville que diz que é preciso querer mudar 'desesperadamente', os autores explicam que nesse sentido desesperar não seria no sentido de dor ou agonia mais no sentido de em nome da esperança, buscar uma melhoria. Paulo Freire chama de esperar o querer projetar, programar, romper com o velho dando a ele um toque novo, próprio pessoal, porém, em função do social é o que significa se unir, ir atrás não desistir. (FREIRE, 1972 apud CORTELLA; LA TAILLE, 2005, p. 43).

O educador - comprometido com a educação como processo de construção de seres autônomos e sociais - mais que um facilitador, é um mediador, que enxerga na educação, mais que um costume social, uma passagem de acesso ao mundo social a uma vida digna de ação e reflexão.

O educador deve segundo Libâneo (2006) mediar a transformação no educando. Compreendendo que o educando é um ser concreto, formado por um conjunto de determinações, o educador deve possuir conhecimento teórico que lhe permita pensar e agir, e dominar os meios operacionais de saber e do saber fazer através dos meios didáticos. Deve usar das técnicas, métodos, conteúdos históricos, da afetividade, e tudo aquilo que o conhecimento moderno oferece para que nesse cenário educacional, a educação seja instrumento de qualidade e igualdade de vida humana.

4.2 Ensinar e confiar

A educação inclusiva é a atitude de confiar em seus alunos saber que eles são capazes de aprender, é acreditar em todos, motivar, incentivar, fazer uma transformação, resgatar em cada rostinho a alegria e a vontade de viver, fazendo com os alunos suas famílias, a sociedade façam parte desse processo contínuo, acreditando em cada um. Ensinar significa ir além, buscar o melhor para seus alunos, o desenvolvimento a cada dia que se passa.

Mostrar que são capazes de vencer, obter esse sucesso, confiar nos alunos especiais, valorizar seus conhecimentos, buscar o que já sabem juntamente com que é ensinado, mesmo através da língua de sinais, com a ajuda do intérprete, passar a confiança para o aluno, mostrando que pode e que confia nele.

O professor deve estar preparado, conhecer o conteúdo, as habilidades e competências que quer ajudar o aluno desenvolver. Deve conhecer também da dificuldade do aluno e saber como lidar com ele.

Ser competente intelectualmente e emocionalmente, ter competência técnica e relacional. Esse é o ideal para pessoas que vão lidar com crianças muitas vezes fragilizados, com autoestima rebaixada, carentes de afeto e de um lugar ao sol.

4.3 Tipos de surdez

A surdez também pode ser considerada como deficiência auditiva, pode ser adquirida ou congênita, a criança pode adquirir a deficiência durante a gestação - pode ser genética. A falta de oxigenação pode levar ao bebê ter problemas de surdez

A surdez também pode ser chamada de surdez de percepção, e nesse tipo de lesão nas células nervosas dificilmente tem tratamento, ainda mais quando atingem o cérebro. A medicação incorreta, algum tipo de antibiótico, uma automedicação, também pode ser causadora da surdez e nesse caso dizem que a perda auditiva foi por condução o que quer dizer que há algo bloqueando a passagem do som. Pode ocorrer pelo rompimento do tímpano, excesso de cera que vai se acumulando no canal auditivo, algum tipo de sujeira, introdução de algum objeto ou material dentro da orelha, isso faz com que tenha infecção. Esse tipo de surdez é tratado com medicamentos.

Outro tipo de perda auditiva é chamado de surdez central, ela ocorre à medida que envelhecemos, faz parte de um processo natural, pois o sistema auditivo também sofre desgaste ao longo da vida.

A surdez pode ser causada por diferentes fatores, algumas vezes são irreversíveis e já em outros casos não, dependendo do tipo da surdez é necessário o aparelho auditivo. Alguns cuidados devem ser tomados para prevenir, como por exemplo, exames na gestação para ver se ocorre tudo bem com o bebe, vacinação impedindo que tenha contato com outras doenças do tipo da surdez, evitar muito barulho, ruídos internos, se necessário usar tampões ou fones de ouvido, não tomar remédio sem indicação do médico.

Na doença congênita para aqueles que já nascem surdos existe três grupos principais que são:

Hereditária, por influência genética onde, por exemplo, a síndrome é geneticamente determinada. No Pré-Natal é causado sobre o embrião durante o seu desenvolvimento, ou seja, se a mãe adquirir alguma doença como rubéola, durante a gestação.

Por vezes ocorre da pessoa nascer escutando normal, sem nenhuma deficiência mas com o decorrer dos anos por algum problema, um fator patológico ou até mesmo acidental perde a audição. Existem outros fatores como infecção viral, lesões e toxicidade. A otite surge pelas infecções.

Como lidar com a criança surda na sala de aula:

- O trato com a criança surda vai depender de alguns fatores, dentre eles, se ela usa a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS ou se faz leitura labial.
- Quando a criança faz uso da linguagem oral, faz leitura labial, há a ajuda de dispositivos eletrônicos como aparelhos de ampliação sonora e o chamado ouvido biônico.
- Se a criança já faz uso de LIBRAS, a escola tem que disponibilizar um intérprete.

Existem casos em que a criança nem usa a LIBRAS e nem faz leitura labial, aí a criança terá mais dificuldades assim como o professor. O ideal é que a criança participe no turno inverso ao da aula, de algum recurso da comunidade para que aprenda a se comunicar. O importante é que a escola se organize e dê aos alunos a condição de avançar.

4.4 Aprendendo uma língua espaço-visual

A Língua de Sinais Brasileira - LIBRAS - é a língua da comunidade surda que vive, principalmente, em centros urbanos do Brasil. É uma língua espaço-visual, que se utiliza de sinais feitos no espaço e percebidos através da visão. Assim como as línguas orais (português, inglês, japonês, etc), ela possui regras de estruturação funcionamento.

Ao contrário do que muitos pensam, não há uma língua de sinais universal. Cada comunidade surda desenvolveu a sua própria língua de sinais. Assim, existem várias línguas de sinais: BSL - Língua de Sinais Britânica, ASL - Língua de Sinais Americana, LGP - Língua Gestual Portuguesa, LIS - Língua de Sinais italiana, JSL - Língua de Sinais Japonesa, etc.

Não se sabe ao certo quando as línguas de sinais começaram a ser utilizadas pelas diferentes comunidades surdas espalhadas por todo o mundo. Alguns afirmam que quando os primeiros surdos começaram a conviver entre si, as línguas de sinais se formaram e se difundiram gradativamente por vários lugares.

Com a vinda de Huet para o Brasil em 1856 e a consequente fundação, em 1857, do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, a Libras constituiu-se e ganha visibilidade. A partir de então, a Língua de Sinais Brasileira difundiu-se por todo o Brasil

tornando-se a "bandeira" da comunidade surda brasileira em sua luta em prol de seus direitos.

Como consequência dessa luta e da difusão de pesquisas linguísticas sobre as línguas de sinais no Brasil e no mundo, a Libras foi reconhecida, em 2002, como língua oficial das pessoas surdas.

4.5 História da Surdez

Na Antiguidade, os surdos eram considerados doentes, impossibilitados de se casar, de receber herança, incapazes de conviver em sociedade e, até mesmo, eram vistos como castigados pelos deuses. Enfim, os surdos não eram considerados humanos e, portanto, não tinham nenhum direito, sendo excluídos da convivência social.

No Período Medieval, essa mesma visão sobre os surdos permaneceu. E uma visão religiosa sobre os surdos foi reforçada, fazendo com que a surdez passasse a ser entendida como um castigo divino ou uma presença demoníaca. Entretanto, essa visão religiosa inspirou ações de caridade em relação aos surdos. Muitos religiosos viram-se desafiados a fazer com que os surdos falassem, pois só poderiam receber a salvação se confessassem a Cristo. Além disso, muitos nobres queriam que seus filhos recebessem e administrassem a herança da família. E para isso precisavam aprender a falar para serem educados. No início da Modernidade, religiosos e familiares submeteram alguns surdos a um rigoroso treinamento para o desenvolvimento da linguagem oral. Assim, os surdos que aprenderam a falar eram apresentados ao público. A cada apresentação, o público se convencia de que os surdos poderiam ser de fato educados. Desde então, educadores de surdos fundaram institutos de educação de surdos e iniciaram um trabalho educacional que empregava uma mescla de língua de sinais, chamada de mímica, com língua oral. Nascia um novo tempo educacional para os surdos, no qual, gradativamente, a língua de sinais foi sendo empregada, aceita e reconhecida como língua dos surdos. Na atualidade, as novas perspectivas educacionais inclusivas e o reconhecimento do status linguístico das línguas de sinais têm estabelecido um novo cenário para a educação de surdos. Cada vez mais surdos estão participando da sociedade e tendo acesso à educação, inclusive ao ensino superior e à pós-graduação.

4.6 Abordagens Educacionais

Desde que se reconheceu que os surdos eram educáveis no século XVI, diversos educadores começaram a dedicar-se à educação de surdos, acreditando que eles poderiam conviver socialmente e desenvolver-se como qualquer outra pessoa considerada, na época, como normal. Esses educadores, fundamentados nas ideias de seu momento histórico sobre o aprendizado de língua e desenvolvimento de linguagem, assumiram posturas diferentes em sua prática educativa.

A primeira abordagem que se destacou na educação de surdos tinha como objetivo ensinar aos surdos a falar e a ler os lábios, assim como a ler e escrever. Acreditava-se que o surdo só poderia desenvolver-se se eles dominassem a fala oral. Essa abordagem educacional executada através de diferentes métodos e perspectivas ficou conhecida como Oralismo.

Na mesma época, encontravam-se também aqueles que acreditavam que os surdos aprenderiam melhor a leitura e a escrita através do uso da "linguagem dos gestos". Esses educadores se co-visual dos surdos e passaram a utilizá-la, com algumas modificações, durante suas aulas. Essa outra abordagem educacional ficou conhecida como Gestualismo.

Nos últimos duzentos anos, essas duas abordagens deram origem a três filosofias educacionais: o Oralismo (que defende o ensino da língua oral aos surdos sem o uso da língua de sinais); a Comunicação Total (que defende o uso de qualquer recurso durante o processo educacional dos surdos - gestos, mímica, língua de sinais, imagens, etc.); e o Bilinguismo (que reconhece a língua de sinais como língua do processo educacional dos surdos e defende o ensino da língua oral, escrita e/ ou falada, e da língua de sinais separadamente, respeitando as especificidades e características de cada uma).

4.7 Os Parâmetros da Libras

Quando se iniciaram os primeiros estudos científicos sobre as línguas de sinais, os pesquisadores começaram a perceber que, nos sinais, havia "partes" assim como nas palavras í ia diferentes sons. Essas partes constituintes dos sinais são chamadas de Parâmetros Linguísticos.

Atualmente consideramos que há cinco principais parâmetros das Línguas de Sinais: Configuração de Mão, (2) Ponto de Articulação/ Locação, (3) Movimento, (4)

Orientação e Direcionalidade e (5) Expressões não-manuais (expressões faciais e corporais).

Todos os sinais da LIBRAS apresentam esses parâmetros tendo sua organização assim como as palavras são compostas por sons específicos da língua. Esses parâmetros são importantes para compreendermos a Libras não só na formação de sinais, mas de frases, de textos, etc.

4.8 Educação Bilíngue

Diversas transformações ocorridas na segunda metade do século XX, tanto no campo educacional quanto no político-social, contribuíram significativamente para a construção de uma nova maneira de se pensar a educação das pessoas surdas e sua inclusão social. Até essa época, os surdos eram considerados deficientes, inaptos e incapazes de aprender e de se comunicar.

Vistos, então, como falantes de uma língua espaço-visual e como um grupo cultural distinto, os surdos movimentaram-se em prol de uma educação que de fato respeitasse sua diferença linguística e cultural. Nesse sentido, a educação bilíngue surge, no final do século XX, como uma maneira de se garantir aos surdos seu desenvolvimento cognitivo e linguístico, bem como sua inclusão social e educacional. Nos últimos anos, a educação bilíngue vem sendo entendida e aplicada das mais diversas formas. Entretanto, pode-se afirmar que sua base é o uso da língua de sinais, reconhecida como língua independente da língua portuguesa, na educação das crianças surdas, seguido do ensino da língua portuguesa como segunda língua. Sendo assim, a educação bilíngue opõe-se a outras propostas educacionais, tais como o oralismo, que defende o uso somente da língua oral na educação das crianças surdas, e a comunicação total, que defende o uso de qualquer língua ou recurso com o objetivo de estabelecer a comunicação. Atualmente pesquisas têm comprovado a importância da educação bilíngue no processo de inclusão social dos surdos e os surdos têm buscado, cada vez mais, a construção de uma verdadeira "pedagogia surda".

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que já são muitos olhares em relação à inclusão, merecedores de atenção, reconhecimento e aceitação, infelizmente são também, muitos os preconceitos, algumas dúvidas em relação aos alunos com necessidades especiais, sendo uns considerados normais e outros com deficiência.

A ideia de inclusão não visa a atender somente às crianças com deficiências, mas representa um avanço nas relações até hoje estabelecidas na escola regular. Significa avanço na medida em que todos os princípios que até hoje nortearam a escola regular terão de ser revistos e superados, pois a grande barreira existente contra a inclusão, entendida, aqui, como possibilidade ampla e universal de acesso e permanência na escola, recebendo uma educação de qualidade de acordo com suas especificidades, é principalmente a tradicional estrutura escolar. Essa estrutura precisa ser superada, ou seja, o processo de inclusão nas escolas regulares está em movimento, mas a realidade que temos possibilita de início a inclusão via adaptações, porém, a inclusão que supera a organicidade do atual modelo educacional está ainda em construção.

O respeito e a valorização da diversidade dos alunos exigem que a escola defina sua responsabilidade no estabelecimento das relações, envolvendo seus profissionais em um amplo processo de discussão, estudo e reflexão sobre a inclusão.

A escola precisa adaptar-se às diferenças e responder às necessidades gerais e específicas de todos os alunos. A transformação da escola envolve o compromisso de educadores, pais especialistas, agentes do poder público e outros atores sociais para assumir desafios, formar novas competências e constituir uma rede de solidariedade. Trata-se, pois, de um amplo movimento de transformação e de democratização da educação como direito de todos, tendo como horizonte a construção de uma sociedade inclusiva.

É uma tarefa árdua preparar as escolas regulares para assumirem o compromisso da inclusão, isto é, de receberem entre os seus alunos as crianças com necessidades especiais, como os surdos, os cegos, os que têm dificuldade de locomoção ou outras limitações de caráter físico, psíquico ou social, bem como os superdotados e os hiperativos. É mais que formar consciências, explicitar significados e promover a harmonia na diversidade, é preciso construir condições de trabalho específicas, tanto do ponto de vista dos recursos humanos, como na adaptação das instalações, dos recursos pedagógicos, didáticos, entre outros.

Apesar de a inclusão de crianças portadoras de deficiência na rede regular de ensino ser um direito garantido por lei, para que ela realmente se efetive é necessário que a comunidade escolar se disponha a aceitá-la. Esse processo, portanto, não pode ser algo imposto de cima para baixo, mas deve começar pela atuação dos dirigentes e professores que, como líderes, devem tornar-se agentes modificadores da situação atual de segregação desses alunos, pois a inclusão é urgente e necessária.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. S. F. Inclusão Social e Municipalização, In: **Novas Diretrizes da Educação Especial**. São Paulo: Secretaria Estadual de Educação, 2001. p. 12-17.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Educação formal: a instituição escolar. In: _____. **Filosofia da Educação**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 61 p.
- BRASIL. Lei 8069/1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo, Saraiva, 2010.
- BRASIL. MEC CNE. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Aprovado em 3 de julho de 2001. Brasília: CEB, 2001.
- BRASIL. MEC CNE. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2005. 65 p.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.
- CARVALHO, R. E. **A Nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para a aprendizagem. **Boletim-PGMB – Educação Especial**. Belo Horizonte: SEE, 1999.
- CORTELLA, Mario Sergio. **Não nascemos prontos!** Provocações filosóficas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- CORTELLA, Mario Sergio; LA TAILLE, Yves de. **Nos labirintos da moral**. 2. ed. Campinas, SP/: Papyrus, 2005.
- DENARI, F. **Inclusão e educação: doze olhares sobre educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 35-36
- FONTES, Rejane de Souza. História da Educação Especial no Brasil. In: **Presença Pedagógica**. Belo Horizonte: Dimensão. v.9 n.54. nov./dez. 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2006. p. 9; 128-129.
- MANTOAN, M. T. **A integração de pessoas com deficiência - contribuições para uma reflexão**. São Paulo: Memnon, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa. **O que é Inclusão Escolar?** [2000]. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com>>. Acesso em 20 abr. 2015.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SANTOS, Roseli Albino dos. Formação de Professores para a Educação Inclusiva. In: **Presença Pedagógica**. Belo Horizonte: Dimensão. v.9 n.49. jan./fev. 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.